

Priscila Michelle Rodrigues Freitas<sup>1</sup>  
 Marcos Tostes Lamonica<sup>2</sup>

## Estratégias bancárias e oferta de crédito no nordeste e sudeste brasileiro: uma avaliação por meio de indicadores de balanço no período 2000-2014

### RESUMO

Com a hipótese de não neutralidade da moeda, a teoria pós-keynesiana atribui aos bancos papel fundamental na transformação de estruturas produtivas, pois são responsáveis pela oferta de crédito necessário para implementação de novos investimentos. Dow (1982), em trabalho pioneiro, mostrou que a atuação dos bancos difere regionalmente e tende a acentuar as desigualdades regionais, enriquecendo assim o debate estruturalista sobre o desenvolvimento de regiões periféricas. A hipótese básica da teoria pós-keynesiana é que a preferência pela liquidez dos agentes é mais elevada nas regiões periféricas, pois é afetada pelo seu nível de dinamismo, considerado inferior ao das regiões mais desenvolvidas. Tendo como pano de fundo a discussão teórica sobre a atuação diferenciada dos bancos por regiões, o objetivo deste artigo é avaliar as estratégias dos bancos localizados nas regiões Nordeste e Sudeste entre 2000 e 2014, a partir de indicadores de desempenho bancário desenvolvidos por Crocco e Santos (2006) e Crocco (2010). Os resultados mostram que, apesar da persistência das disparidades regionais na oferta de crédito, nesse período houve uma tendência a desconcentração do crédito e redução da preferência pela liquidez no Nordeste.

### Palavras-chave

Economia regional; Teoria pós-keynesiana; Preferência pela liquidez; Bancos.

### ABSTRACT

Based on the idea of the non-neutrality of money, Post-Keynesian theory attributed the vital role of transforming productive structures to the banks, since they are responsible for supplying the necessary credit for implementing new investment. Dow (1982), in a groundbreaking work, showed that the activities of banks differ from region to region and tend to accentuate regional inequalities, thereby enriching the structuralist debate regarding the development of peripheral regions. The basic hypothesis of the Post-Keynesian theory is that these agents' preference for liquidity is higher in peripheral regions where it is influenced by their level of dynamism, considered inferior to that of more developed regions. Using as its backdrop the theoretical debate on the differentiated activities of banks according to region, the purpose of this article is to evaluate the strategies adopted by banks located in the Northeast and Southeast of Brazil between 2000 and 2014, using bank performance indicators developed by Crocco & Santos (2006) and Crocco (2010). The results show that, despite the persistence of regional disparities in terms of the supply of credit, during this period there was in fact a trend towards the de-concentration of credit and a reduction in liquidity preference in the Northeast.

### Keywords

Regional economy; Post-Keynesian theory; Liquidity preference; Banks.

1. Professora Assistente de Economia da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da UFRPE.
2. Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFF.

## Introdução

Quando se trata de crescimento regional poucos trabalhos dão ênfase a sua relação com questões financeiras. Em geral enfatizam que, na raiz da desigualdade regional estão, entre outros fatores, as diferenças no estoque de capital humano, ou o nível de industrialização, ou ambos. De fato, não se pode negar a relevância dessas variáveis, mas tampouco se pode ignorar o papel de variáveis monetárias que explicam tanto a presença da desigualdade econômica, quanto sua conservação nos moldes atuais.

Pesquisas recente de vertente pós-keynesiana têm posto luz nesta discussão ao considerar os efeitos do sistema bancário sobre o crescimento e desenvolvimento econômico desigual entre regiões. Sheila Dow aparece como uma precursora na teoria da economia regional sob a ótica pós-keynesiana. Ela desenvolveu um arcabouço para explicar como a evolução do sistema financeiro, conjuntamente às variáveis reais, afetaria o crescimento regional de forma desigual (DOW, 1982). Esse arcabouço tomou para sua estrutura teórica as teorias da dependência do estruturalismo cepalino e da causação circular de Myrdal. Seguindo Dow, Amado (1997) analisou como os agentes e variáveis financeiras determinaram de forma desigual o crescimento brasileiro entre os anos de 1960 e 1990.

Seguindo essa abordagem da economia regional pós-keynesiana, o objeto deste artigo é mostrar que a diferença na preferência pela liquidez do sistema bancário entre as regiões pode causar um desenvolvimento econômico desigual. Para este fim, exploramos empiricamente o comportamento diferenciado das agências bancárias nas regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, evidenciando suas estratégias de atuação na oferta de crédito, entre os anos de 2000 a 2014.

Este artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta uma breve revisão da teoria pós-keynesiana, relacionando a preferência pela liquidez com o desenvolvimento econômico regional desigual. Na seção seguinte são apresentados os indicadores de desempenho bancário. A terceira seção discute os resultados e a quarta seção conclui o texto.

## 1. Abordagem da economia regional pós-keynesiana

O crescimento desigual das regiões tem sido tema recorrente no debate acadêmico a partir da constatação de que regiões crescem a ritmos diferentes,

e, mais ainda, regiões mais pobres não tendem a convergir ao nível de renda das mais ricas. A maior parte da literatura em economia regional pauta suas hipóteses e modelos sobre a base da teoria clássica, dando às variáveis reais o papel-chave para explicar as divergências nas taxas de crescimento entre regiões ao longo do tempo. Não há como discordar: regiões com uma estrutura produtiva com baixo nível tecnológico e mão de obra pouco qualificada, ou sem qualquer qualificação, apresentam níveis de renda inferiores às regiões mais dinâmicas e, conseqüentemente, perdura um processo de estagnação. Este processo é conhecido como a dinâmica do círculo vicioso da pobreza, encontrada em Nurkse [1957] (2010).

Dow e Rodríguez-Fuentes (2006) assinalam que a falta de interesse por variáveis financeiras no contexto da economia regional levou a literatura clássica a não considerar o papel da moeda na explicação da desigualdade regional, assumindo o pressuposto de neutralidade da moeda. Mesmo supondo que há perfeita mobilidade de capital entre regiões, ressaltam o caráter exógeno da moeda tornando-a sem efeito sobre variáveis reais dado que os fluxos monetários inter-regionais são reflexos das diferenças regionais em termos reais.

Dessa forma, segundo Cavalcante, Crocco e Brito (2007), a teoria pós-keynesiana joga luz a essa discussão ao suprir essa carência quanto ao papel da moeda e dos agentes financeiros no crescimento e desenvolvimento econômico regional. Na teoria monetária pós-keynesiana não há distinção entre o lado real e o lado monetário, posto que a moeda é parte integrante do processo de decisão econômica, em economias com sistema financeiro razoavelmente desenvolvido. Assim, a moeda é endógena, pois sua oferta não depende apenas da autoridade monetária, mas da capacidade e disposição dos bancos em criar moeda-crédito.

Na visão keynesiana da economia regional, a moeda interfere na criação, manutenção e ampliação dos desequilíbrios regionais conforme o grau de preferência pela liquidez presente, isto é, pelo desejo dos agentes em reter moeda. Em seu estudo empírico, Crocco (2010) observou que o grau de preferência pela liquidez pode variar de região para região, pois seu principal condicionante é o estado de confiança dos agentes sobre o desempenho econômico da região. Desse modo, regiões de maior dinamismo econômico possuem menor preferência pela liquidez quando comparada a regiões menos desenvolvidas.

Na teoria keynesiana, a preferência pela liquidez tem uma relação inversa ao investimento, na direção de quanto maior a preferência pela liquidez menor a taxa de investimento. Entretanto, o investimento em ativo de capital é a variável propulsora do crescimento econômico, mas a fonte dos recursos necessários para viabilizá-lo diverge conforme abordagem teórica empregada. Na visão dos clássicos, o investimento depende da renda não consumida acumulada pelos agentes, ou seja, prega-se o pressuposto de que a poupança

precede o investimento. Na visão keynesiana, o investimento precede a poupança, sendo ele financiado pela concessão de crédito.

Keynes [1936] (1982) rejeita o postulado clássico e define um processo de financiamento do investimento conhecido como circuito *finance-investimen-to-poupança-funding*. A fase de *finance* diz respeito à provisão de moeda (não confundir com poupança prévia) tendo como contrapartida a emissão de uma dívida em curto prazo, que serve ao propósito de financiar o início do projeto de investimento. Como resultado da implantação do projeto do investimento, o nível de renda se expande, via multiplicador, levando ao aumento da poupança (não consumo). A alocação da nova poupança em títulos de prazo mais longo consolida a fase de *funding*, ou seja, a etapa na qual ocorre a emissão de títulos cuja maturidade é longa o suficiente para que os retornos do investimento paguem os encargos da dívida.

Portanto, na teoria de Keynes, o crédito funciona como alavanca para o investimento, não sendo este último limitado pelo volume de poupança disponível. É nesse contexto que os bancos passam a integrar de forma ativa o processo econômico por meio da oferta de crédito, abandonando o papel de mero intermediador alocativo entre poupadores e investidores.

Amado (1997) destaca que o comportamento do sistema bancário, especialmente o comportamento de bancos privados, tem a capacidade de perpetuar e acentuar a situação de desigualdade regional, uma vez que a eficiência microeconômica dos bancos não garante a eficiência macroeconômica quanto à alocação dos recursos. Para Crocco (2010) a eficiência microeconômica é uma maximização de lucro da instituição bancária por meio de estratégias de atuação em seus mercados. Elas são desenhadas com o objetivo de otimizar a relação rentabilidade/liquidez dos portfólios dos bancos, que, por sua vez, é norteadada pelo seu grau de preferência pela liquidez, dada suas expectativas quanto ao futuro.

Face ao comportamento dos bancos quanto à percepção<sup>3</sup> do cenário econômico e diante do objetivo de maximização de lucros, os recursos financeiros destinados ao circuito produtivo podem ser racionados, reduzindo a funcionalidade do sistema bancário.<sup>4</sup> Ou seja, reduzem a capacidade dos bancos em expandir a oferta de crédito para financiar o setor produtivo local.

Do ponto de vista keynesiano, o principal papel dos bancos é criar a liquidez que permite a mobilização de recursos para o investimento, promovendo o crescimento e desenvolvimento econômico. No entanto, a busca por investimentos que ofereçam maiores retornos leva a um redirecionamento desses recursos. Este redirecionamento ocorre entre regiões na direção das menos desenvolvidas para mais desenvolvidas, onde a atividade produtiva é mais dinâmica e o sistema financeiro mais complexo e sofisticado.

Qualquer que seja a condição, para ampliar seus ganhos, os bancos passam a drenar recursos financeiros alocados nas agências instaladas em regiões

3. É muito importante observar que o sentido da percepção bancária no contexto da teoria pós-keynesiana vai muito além da quantidade de informação disponível – envolve também o grau de confiança nas expectativas sobre o desempenho dos negócios. Para a teoria pós-keynesiana a informação sobre o futuro não existe para todos os agentes econômicos e esta é a premissa básica para assumir que o processo de decisão dos agentes é feita sob incerteza não probabilística. Esta hipótese de comportamento leva a que se coloque ênfase no estado de confiança e na forma como agentes percebem as oportunidades de retorno futuro.

4. Ver Studart (1999) para uma abordagem sobre funcionalidade bancária.

de baixo dinamismo em prol de regiões mais dinâmicas. Nesse sentido, há uma menor disposição a ofertar crédito nessa primeira região e, conseqüentemente, uma menor quantidade de recursos destinados a financiar projetos de produtores locais. Portanto, o baixo crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas está relacionado ao fato do sistema bancário ser pouco funcional.

Dentro dessa perspectiva, Sheila Dow deu grande importância da moeda na promoção do desenvolvimento regional, a partir de elementos da teoria da causação circular cumulativa de Myrdal e da teoria da dependência.<sup>5</sup> Dow (1982) desenvolveu um modelo de análise teórico onde, admitindo livre mercado, fatores financeiros e reais estão interligados e criam processos dinâmicos que tendem a manter ou ampliar as desigualdades quanto ao desenvolvimento das regiões. Já Dow (1987) discutiu a importância do financiamento como fator restritivo ao investimento nas regiões com elevado grau de incerteza, o que amplia a desigualdade regional. Em suas análises ela utilizou o conceito de centro-periferia desenvolvido por Raúl Prebisch.<sup>6</sup>

Seguindo essa análise, uma região é considerada centro quando apresenta uma trajetória de crescimento mais estável, autogerada e retroalimentada, com mercado financeiro mais desenvolvido e baixa propensão a importar. Por outro lado, uma região periférica tem como característica baixo nível de renda, trajetória de crescimento instável guiada, basicamente, pelas exportações derivadas de uma atividade produtiva concentrada em setores primários e com um sistema financeiro pouco desenvolvido. Dow avalia que as regiões centrais apresentam um menor grau de incerteza e, por isso, uma menor preferência pela liquidez por parte dos agentes econômicos, enquanto os agentes das regiões periféricas menos dinâmicas apresentam uma maior preferência por reter moeda.

A partir dos trabalhos de Chick (1986), Chick e Dow (1988) e Dow (1990 e 1998), essas autoras desenvolveram argumentos teóricos mostrando que o desenvolvimento regional é afetado pelos diferentes estágios de desenvolvimento bancário. A hipótese é que o sistema financeiro está concentrado nas regiões mais desenvolvidas, onde o maior grau de confiança dos agentes (firmas, famílias e governo) sobre os bancos associada ao elevado volume de atividades comerciais estabelece um ambiente propício ao aumento dos lucros em atividades financeiras. O resultado da competição de firmas bancárias nessas regiões reflete uma maior disponibilidade de financiamento para investimentos locais. O resultado da concentração bancária é uma maior concentração industrial nas regiões mais desenvolvidas, em detrimento da periferia. Por meio de políticas monetária, fiscal e industrial que gerem fluxo de finanças das regiões centrais para as periféricas, esse processo circular cumulativo e vicioso pode ser rompido pela intervenção do Estado.

Nessa linha, Amado (1997) mostra um aprofundamento das disparidades entre as regiões brasileiras por meio da dinâmica monetária vigente. Para

5. Para a teoria da dependência – dividida entre as três vertentes marxista, cepalina e weberiana –, a partir da tradição estruturalista, dentro do sistema econômico, o desenvolvimento de alguns países/regiões é resultado do subdesenvolvimento de outros (Cf: BONENTE, 2009). Este artigo se baseia na teoria estruturalista cepalina, a qual se baseia nos trabalhos de Prebisch e Furtado. Ver Prebisch (2000) e Furtado [1952](2010).

6. Esse termo aparece pela primeira vez em *Memoria de la Primera Reunión de Técnicos sobre Problemas de Banca Central del Continente Americano*, de 1946 (Cf: COUTO, 2007). Posteriormente, Prebisch retoma a hipótese centro-periferia em vários trabalhos, tais como Prebisch (1949), Prebisch (1950), Prebisch (1951) e Prebisch (1963). Para uma revisão das principais teorias e contribuições de Raúl Prebisch ver Dosman (2011).

Amado, independente do nível de desenvolvimento do sistema bancário brasileiro, os bancos instalados nas regiões periféricas — que, de acordo com a autora, seria o Norte, Nordeste e Centro-Oeste — apresentam limitações tanto no volume de crédito disponível quanto nos pacotes de serviços oferecidos ao público. Isso porque a decisão quanto à carteira de portfólio fica restrita à matriz do banco, localizada nas regiões centrais (Sudeste e Sul), e as agências da periferia tornam-se apenas intermediárias dos fluxos financeiros.

Sendo assim, a menor disponibilidade de crédito da região periférica comparativamente a central seria um resultado do vazamento de *finance* — ou seja, de recursos — da primeira para a última. A maior propensão a importar por parte da periferia — devido ao seu baixo desenvolvimento econômico, sobretudo industrial — faz com que haja uma exportação de depósitos para a região central, isto é, uma menor retenção de depósitos relacionada aos círculos viciosos, reduzindo a circulação de recursos financeiros na periferia. Além disso, uma pequena variação negativa no estado de confiança sobre a economia periférica pode provocar uma elevação relativamente maior na preferência pela liquidez do que na região central. Essa maior preferência pela liquidez leva os bancos a preferir manter um alto nível de reserva na periferia, racionando o crédito local. Adicionalmente, a maior preferência pela liquidez do público impacta no volume de depósitos à vista frente depósitos a prazo, o que obriga os bancos a reduzir o prazo dos empréstimos para ajustar ao menor prazo dos depósitos, proporcionando menos recursos de prazos maiores para uma região menos desenvolvida.

Amado (1997) acrescenta que o problema não está apenas na capacidade do sistema financeiro em expandir crédito além do nível de depósito, nem no vazamento de *finance* entre regiões, “mas também na incapacidade de uma região particular manter o crédito que é criado lá na forma de novos depósitos” (p. 142), o que tende a reduzir a oferta de crédito nessa região, desestimulando o crescimento econômico.

Seguindo a hipótese de que a oferta de moeda afeta o desenvolvimento regional, Crocco *et al* (2003) testaram o impacto do acesso bancário e da preferência pela liquidez do público sobre o desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. Como resultado, as regiões mineiras mais pobres em termos de bens e serviços apresentaram maior restrição ao crédito devido ao menor acesso aos bancos e maior preferência pela liquidez, o que dificultava, portanto, o seu desenvolvimento. Esses autores observaram ainda que as variáveis financeiras também influenciaram a centralidade regional. O argumento da centralidade se desenvolve da seguinte forma. As regiões com maior diversificação nos setores secundário e terciário possibilitariam a diversificação das carteiras de portfólio dos bancos. A diversificação das carteiras ampliaria alternativas de investimento e, portanto, a disposição dos bancos em conceder

crédito. Assim, como bancos e empresários apresentam menor preferência pela liquidez nas regiões centrais, estas tenderiam a se desenvolver mais rápido, ampliando a desigualdade regional.

Em suma, o arcabouço do desenvolvimento econômico regional pós-keynesiano caminha em direção oposta aos modelos do *maistream* que alegam que o excedente de capital financeiro de uma região é direcionado para a região deficitária, promovendo a redução, e eventual eliminação, das disparidades regionais por meio de um crescimento equilibrado. Para os pós-keynesianos, o racionamento de crédito regional não é resultado da assimetria de informação, como argumentam autores do *mainstream*, mas sim de um estado de confiança menor nas oportunidades de desenvolvimento de economias periféricas, dependentes e menos dinâmicas do que regiões mais desenvolvidas. O menor grau de confiança nas expectativas de retorno nas regiões periféricas tem como resultado um nível relativamente mais elevado de preferência pela liquidez em relação às regiões mais desenvolvidas. Portanto, os diferentes níveis de preferência pela liquidez são um indicador relevante para explicar o processo de desenvolvimento regional desigual.

## 2. Metodologia

Assumindo que o grau de desenvolvimento bancário define o comportamento dos bancos quanto ao gerenciamento de seus passivos e ativos, a orientação de uma estratégia operacional pode ou não alterar a dinâmica econômica. Direcionando para uma análise regional, isso implica que as estratégias adotadas pelos bancos definem o nível de crédito regional e, por consequência, influenciam o volume de investimento por região.

Se o banco opta por uma estratégia mais expansiva, maior será o volume de crédito disponível no mercado, estimulando o investimento e, assim, o crescimento da produção local. No entanto, os bancos podem alterar seu portfólio, reduzindo os recursos destinados ao crédito, em especial o financiamento produtivo, em detrimento de ativos financeiros considerados mais rentáveis e até menos arriscados. Esse tipo de comportamento pode provocar um vazamento de recursos, desviando a captação de recursos de regiões periféricas para regiões centrais que apresentam maior diversidade de ativos financeiros, aumentando o nível de liquidez desta em detrimento da primeira, reforçando a desigualdade econômica regional.

Sendo assim, os efeitos da preferência pela liquidez sobre o desenvolvimento desigual das regiões do Nordeste e Sudeste brasileiro serão avaliados por meio de indicadores de desempenho de atuação dos bancos. Para o cálculo dos indicadores que apresentaremos a seguir utilizaremos as informações

contidas no balanço consolidado das agências bancárias, mensalmente declarados ao Banco Central do Brasil, disponível no banco de dados Estatística Bancária por município (Estban). A descrição dos dados e de sua base se encontra no apêndice.

### 2.1. Os indicadores de desempenho da atuação dos bancos

A análise da atuação estratégica dos bancos pode ser feita através de sete indicadores de desempenho.<sup>7</sup> O primeiro indicador apresentado é a proporção da população residente<sup>8</sup> por agência bancária instalada nas regiões ( $PB_i$ ). Quanto maior esse indicador menor a quantidade de bancos à disposição da sociedade local. Por suposto, as agências bancárias são instaladas em regiões que oferecem rentabilidade. Assim, quanto mais dinâmica a região mais atrativa será a instalação de novas agências. Isso tem um impacto positivo na oferta de crédito bancário local.

$$PB_i = \frac{\text{População}}{\text{número}_\text{agências}_\text{bancárias}}$$

Os demais indicadores foram subtraídos de Crocco e Santos (2006) e Crocco (2010). O segundo indicador mede o grau de aprofundamento do sistema bancário na economia ( $AP_i$ ). Ele é calculado como a razão do total de ativo das agências bancárias pelo total da população residente.

$$AP_i = \frac{\text{Total}_\text{de}_\text{Ativos}_\text{bancários}}{\text{População}}$$

De acordo com Crocco (2010), esse indicador é muito utilizado, principalmente pelos novo-keynesianos, como medida de desenvolvimento do sistema bancário. Contudo, na perspectiva da teoria pós-keynesiana, essa medida não é suficiente, pois um elevado volume de ativo bancário pode não estar direcionado para o setor produtivo e sim para o financeiro, que oferece maiores retornos com baixo risco. O desenvolvimento do sistema bancário, na perspectiva pós-keynesiana, está relacionado à sua funcionalidade. Isto é, sua capacidade de oferta crédito ao setor produtivo, mantidas as margens de segurança. Assim, esse indicador é visto como *proxy* do aprofundamento do sistema bancário, ou seja, quanto maior o  $AP_i$ , maior é o aprofundamento bancário, o que pode ou não indicar uma maior disponibilidade de recursos para crédito.

Os dois primeiros indicadores  $PB$  e  $AP$  correspondem à presença dos bancos na economia local. Os quatro indicadores seguintes medem, mais

7. Em todos os indicadores de desempenho aparecerá o subscrito  $i$ , o qual refere-se à região.

8. O dado de população residente utilizado é o da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD), do IBGE.



especificamente, o grau de comprometimento dos bancos com a atividade de crédito. Conforme a abordagem pós-keynesiana, um sistema bancário desenvolvido se caracteriza pelo baixo nível de preferência pela liquidez, e, portanto, um menor racionamento de crédito, dada uma maior disposição a emprestar ao setor produtivo sem fragilizar o sistema. Portanto, maior a disponibilidade de crédito com baixo nível de inadimplência.

A preferência pela liquidez dos bancos ( $PLB_i$ ) é apresentada pela razão abaixo:

$$PLB_i = \frac{\text{Total\_de\_Depósitos\_à\_vista}}{\text{Total\_de\_Crédito}}$$

O total de depósitos à vista é encontrado a partir do somatório dos depósitos à vista do governo e do setor privado, enquanto o total de crédito refere-se à soma do saldo em empréstimos e títulos descontados e financiamentos. Este é o principal indicador para caracterizar as diferenças em relação à disposição dos bancos em emprestar em regiões periféricas e centrais. De acordo com Crocco e Santos (2006), esse indicador não capta apenas o comportamento dos bancos quanto à liquidez, mas também dos seus clientes, posto que o numerador representa a disponibilidade dos indivíduos em ter seus ativos na forma mais líquida possível, enquanto o denominador revela a intenção do banco em reduzir o nível de liquidez dos seus ativos. Quanto maior o PLB, maior a preferência pela liquidez dos bancos, consequentemente, menor a oferta de crédito.

A Relação Crédito Total por Ativo Total (CTAT), o quarto indicador, é uma forma alternativa de medir a preferência pela liquidez dos bancos. Essa razão mede a quantidade de crédito disponibilizado pelos bancos dado seu nível de ativo total.

$$CTAT_i = \frac{\text{Total de Crédito}}{\text{Total de Ativos}}$$

Ele guarda correlação negativa com a preferência pela liquidez (PLB), de modo que, uma maior preferência pela liquidez dos bancos pode ser representada por uma menor disposição a emprestar por parte dos bancos.

Os próximos indicadores de desempenho dizem respeito especificamente à gestão de passivos pelos bancos. A gestão do passivo dos bancos também é uma forma de expressar a sua preferência pela liquidez e de acordo com Chick (2010),<sup>9</sup> também oferece uma indicação do grau de desenvolvimento bancário.

9. Segundo Chick (2010), no estágio mais avançado de desenvolvimento do sistema bancário, os bancos desenvolvem o gerenciamento de passivos. De acordo com Crocco (2010), isso tem como característica a oferta de produtos e serviços financeiros mais sofisticados, visando manter ou mesmo aumentar o volume de reservas. Nesse sentido, alega Amado (1997), a expansão de crédito, ao promover o financiamento dos gastos, dentre eles os investimentos em ativo de capital, expande a renda e, com isso, a criação de novos depósitos.

O quinto indicador é a razão depósitos à vista passivo (DVP). Quanto maior o DVP observa-se uma maior dependência dos bancos em expandir o crédito local, pois revela um compromisso de curto prazo com os clientes.

$$DVP_i = \frac{\text{Total de Depósitos à Vista}}{\text{Passivo Total}}$$

No caso dos depósitos à prazo (DPP), a obrigação dos bancos junto aos clientes não é imediata, o que representa um grau de liquidez menor e, portanto, uma menor necessidade do banco manter um maior volume de reservas para atender possíveis retiradas de depósito. Assim, quanto maior o DPP, menor a preferência pela liquidez.

$$DPP_i = \frac{\text{Total de Depósitos à Prazo}}{\text{Passivo Total}}$$

E por fim, quanto maior a participação da poupança no total de passivo do banco (PouP) menos líquido será o banco, pois conforme Crocco (2010), a poupança representa uma exigência imediata a qual o banco deve atender, ou seja, é uma aplicação de elevada liquidez. De fato, o público emprega depósitos em poupança tanto como reserva precaucional — utilizada para consumo imediato e não planejado — quanto para uso futuro — aquisição de algum bem ou serviço planejado.

$$PouP_i = \frac{\text{Poupança}}{\text{Passivo Total}}$$

10. Nas palavras de Keynes:  
“The demand for liquidity can be divided between what we may call the active demand which depends on the actual and planned scales of activity, and the inactive demand which depends on the state of confidence of the inactive holder of claims and assets; whilst the supply depends on the terms on which the banks are prepared to become more or less liquid. In a given state of expectation both the active and the passive demands depend on the rate of interest. So sometimes does the supply; but not necessarily, for the banking system may aim at the quantitative regulation of money without much regard to the rate”. (KEYNES, 1973, vol. 14, p. 221-222.)

### 3. O desempenho dos bancos no Nordeste e Sudeste no período 2000-2014

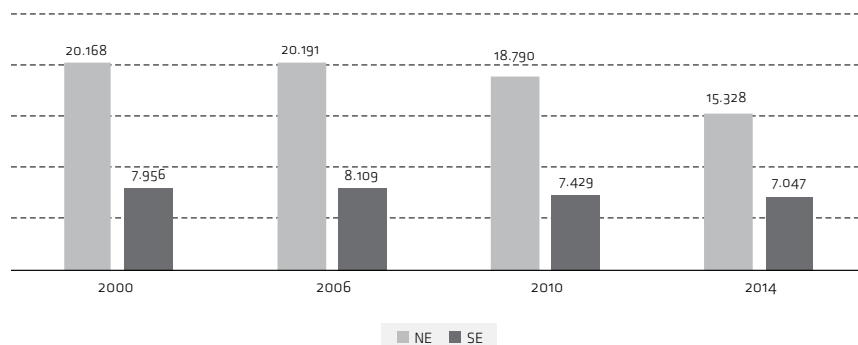
Para a teoria pós-keynesiana, moeda e crédito são endógenos ao sistema econômico e, assim, capazes de determinar o padrão de crescimento e desenvolvimento econômico de uma região. Neste contexto, bancos têm papel chave para determinar o ritmo da atividade econômica, pois eles criam meios de pagamento, via multiplicador bancário, e são responsáveis pela oferta de crédito no mercado, dando início ao circuito *finance*-investimento-poupança-*funding* apresentado por Keynes.<sup>10</sup>

Partindo do pressuposto que os bancos adotam estratégias diferentes nas regiões Nordeste e Sudeste avaliaremos o resultado dos indicadores de desempenho apresentados na seção anterior. O cerne da questão é que a oferta de crédito apresenta uma relação inversa com a preferência pela liquidez. Desta feita, a região Nordeste como uma região periférica apresentaria uma menor disposição a conceder crédito, ao passo que o Sudeste, o centro, teria uma maior disposição a emprestar, o que explicaria, de acordo com o princípio da causalção circular cumulativa, o desenvolvimento desigual entre as duas regiões.

Antes de discutir as diferenças na preferência pela liquidez dos bancos entre as regiões, observaremos os indicadores PB e AP, concernentes a diferença no tamanho do sistema bancário dessas regiões. Os gráficos 1 e 2 apresentam os resultados desses indicadores.

O Gráfico 1, que mostra a presença do sistema bancário na economia de cada região, dá uma indicação clara da desigualdade no desenvolvimento do sistema bancário do ponto de vista regional. No Sudeste, para todos os anos da série, a proporção da população atendida por agências bancárias é mais de duas vezes do que na região Nordeste. No entanto, houve no período analisado um decréscimo do indicador na região Nordeste, ou seja, houve um aumento no número de agências bancárias na região. Este resultado pode ser atribuído, em parte, às políticas de investimento no âmbito do PAC1 e PAC2, iniciados a partir de 2007, que propiciaram o aumento de agências na região Nordeste em ritmo superior ao Sudeste a partir de 2007.

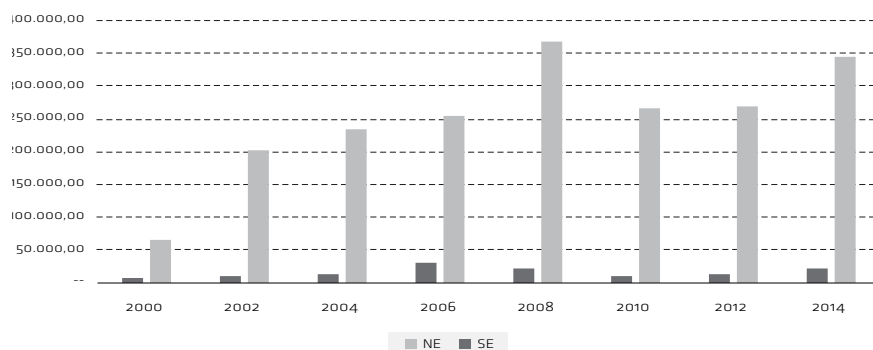
**Gráfico 1. Número de habitantes por agência bancária (PB) do Nordeste e Sudeste (anos selecionados)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD, do IBGE, e BCB-Estban.

No entanto, a ampliação do sistema bancário no Nordeste não foi acompanhada pelo indicador AP (Gráfico 2). Entre 2000 e 2014, a proporção de ativos por habitantes no Sudeste cresceu 405%, contra 179% do Nordeste. Os indicadores PB e AP em conjunto mostram que apesar da tendência de maior aprofundamento do sistema bancário na região Nordeste — pela diminuição da relação de habitantes por agência ao longo dos anos 2000 e início da presente década — grande parte dos ativos, ou seja, parte da riqueza financeira do país, continua largamente concentrada na região Sudeste.

**Gráfico 2. Total de ativos bancários por habitantes (AP) do Nordeste e Sudeste (anos selecionados) em R\$ mil**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNAD, do IBGE, e BCB-Estban.

Fato relevante a ser destacado é que a grande diferença no indicador AP ainda persiste, mesmo com o melhor desempenho econômico do Nordeste no período em relação à região Sudeste (Gráfico 3). Apesar da expansão da economia nordestina a partir de meados dos anos 2000, o AP cresceu mais lentamente no Nordeste comparativamente ao Sudeste. Isto permite presumir que os bancos, de acordo com sua percepção de retorno sobre a aplicação de recursos, adotam a estratégia de transferência de recursos das agências de regiões menos desenvolvidas para as localizadas em regiões economicamente dinâmicas, neste caso o Sudeste brasileiro.<sup>11</sup>

O Gráfico 3 mostra o índice de atividade econômica<sup>12</sup> para o Nordeste e Sudeste. Até a crise financeira internacional de 2008, as atividades produtivas da região Nordeste evoluíram no mesmo ritmo que o Sudeste. Mas, diante da crise financeira internacional de 2008, a região Sudeste passou a apresentar uma taxa de crescimento inferior à nordestina, que continuou em sua trajetória de expansão. Esta diferenciação na dinâmica de desempenho entre as regiões deve aumentar o interesse dos bancos em atuar na região Nordeste. De fato, como veremos mais a frente, a partir da crise de 2008 há uma mudança na postura dos bancos em relação à região Nordeste.

11. Ver Ferreira Jr. e Sorgato (2007) e Sorgato e Ferreira Jr. (2014).

12. Ver Apêndice.

Gráfico 3. Índice de atividade econômica regional – Regiões Nordeste e Sudeste – com ajuste sazonal – 2003 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BCB-Depec.

Uma razão adicional para justificar porque os bancos podem ter mudado suas estratégias de atuação em relação à região Nordeste pode ser identificada nos gastos do PAC que não englobam apenas as áreas de infraestrutura, mas também saúde e educação, com a construção e ampliação de unidades básicas de saúde (UBS), creches e pré-escolas. O ponto a ressaltar é que, em conjunto, esses empreendimentos alteram o dinamismo econômico da região e, neste sentido, podem alterar positivamente a percepção dos bancos em relação às oportunidades de crescimento da região.<sup>13</sup> Assim, mesmo com a crise financeira internacional de 2008, a dinâmica nordestina torna-se um pouco mais independente do contexto em que se dão as atividades do Sudeste, o que pode induzir mudanças nas estratégias bancárias para a região Nordeste. No entanto, dado o pouco tempo de observação, os dados ainda não permitem revelar se essa maior expansão relativa irá persistir e se terá força suficiente para mudar a trajetória produtiva nacional, reduzindo a desigualdade, uma vez que o Sudeste ainda responde pela maior parcela de tudo que é produzido no país.

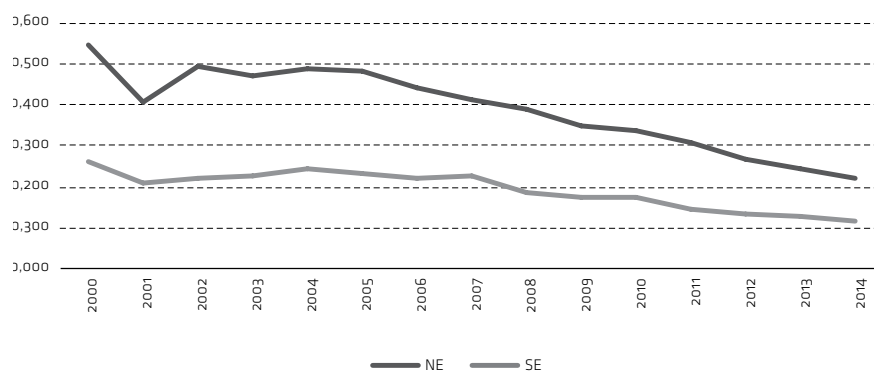
No tocante à preferência pela liquidez e o gerenciamento de ativos e passivos bancários, Dow (1999) defende a hipótese de quanto mais inconstante o ambiente econômico, maior será a preferência pela liquidez dos agentes. Segundo Silva *et al* (2010), a consequência de uma maior preferência pela liquidez por parte dos bancos é o racionamento de crédito local, inviabilizando a implantação de projetos de investimento que promovem o crescimento econômico.

O Gráfico 4 mostra o resultado do PLB para as regiões Nordeste e Sudeste. O PLB apresentou uma tendência de redução nas duas regiões. Porém, a região

**13.** Aliado aos projetos públicos, no PAC (1 e 2) algumas medidas institucionais foram implantadas focadas na desoneração tributária, estímulo ao crédito e financiamento, melhoria do ambiente de investimento, além de medidas de gestão e fiscais de longo prazo. O objetivo é criar um ambiente economicamente favorável não apenas aos investimentos públicos, mas também estimular o investimento privado.

Nordeste permaneceu com uma preferência pela liquidez maior relativamente ao Sudeste. Este resultado, conforme a teoria pós-keynesiana, sugere que os bancos localizados nas regiões desenvolvidas apresentem menor preferência pela liquidez. Contudo, a partir de 2005, o PLB do Nordeste inicia uma trajetória de declínio mais acelerada, quando comparado ao Sudeste. De acordo com Carvalho (2008), essa evolução do PLB no Nordeste estaria mostrando uma mudança na percepção dos bancos quanto ao ambiente econômico local, imprimindo maior confiança no desempenho produtivo. E é essa mudança de expectativa que leva os bancos a aumentar a oferta de crédito.

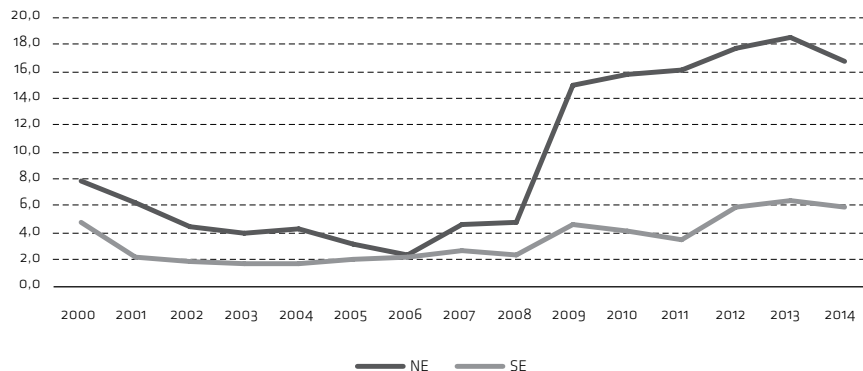
Gráfico 4. Indicador de preferência pela liquidez das agências bancárias (PLB) do Nordeste e Sudeste – 2000 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

O Gráfico 5 mostra que o indicador de CTAT é crescente em ambas as regiões a partir de 2006, o que evidencia que os bancos estão aumentando o volume de seus ativos destinados às operações de crédito, levando a uma maior disponibilidade de recursos destinados à produção e ao consumo em detrimento de investimentos no setor financeiro. Adicionalmente, é notável o salto que o indicador de CTAT apresenta na região Nordeste a partir de 2009. Atribuímos esse comportamento a um reflexo das políticas anticíclicas do governo que expandiu o crédito por meio dos bancos públicos após a crise financeira de 2008, o que, em conjunto com o impacto estruturante das obras do PAC, pode explicar o comportamento bastante diferenciado na região Nordeste. Em contrapartida, de 2008 a 2011, esse indicador foi decrescente na região Sudeste. Deve-se observar, contudo, que a partir de 2014, acompanhando a desaceleração da economia brasileira, a tendência é de queda tanto no Nordeste como no Sudeste.

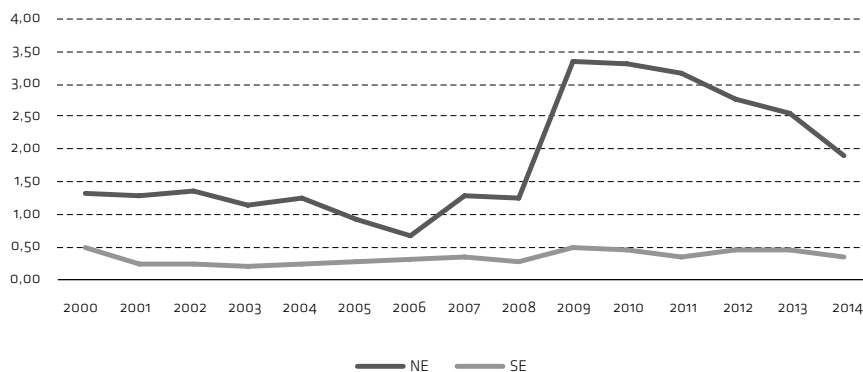
Gráfico 5. Participação no crédito total (CTAT) no Nordeste e Sudeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

O gerenciamento de passivo pode ser acompanhado pelos indicadores DVP, DPP e PouP, respectivamente nos gráficos 6, 7 e 8. Uma primeira observação a ser feita é que a partir de 2009 o nível da razão de depósitos à vista (Gráfico 6), a prazo (Gráfico 7) e de poupança (Gráfico 8) sobre o passivo total no Nordeste muda de patamar, ou seja, há uma mudança clara de atuação da estratégia bancária na região a partir da crise financeira internacional. Outra observação é que, seguindo Crocco (2010), observamos que as agências bancárias tanto no Nordeste como no Sudeste podem ser classificadas como de *alto gerenciamento do passivo*. Segundo Crocco, quanto menor for o DVP e maior o DPP e o PouP, bancos podem ser classificados como de alto gerenciamento de passivo. Isto implica dizer que bancos dependem menos de depósitos à vista para ofertar crédito.<sup>14</sup>

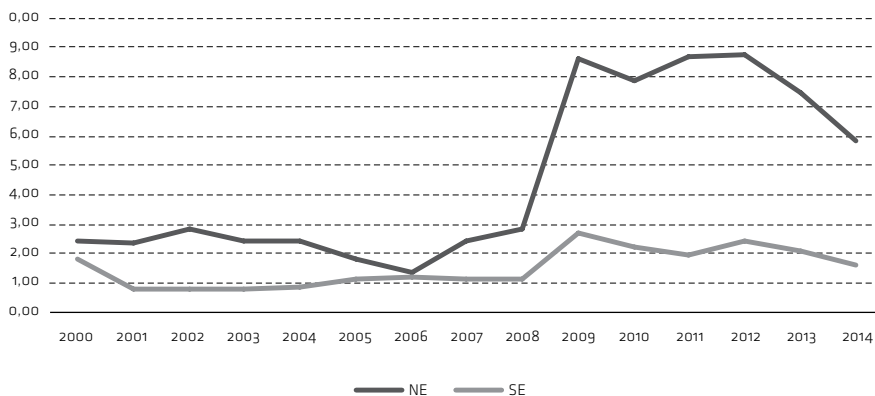
Gráfico 6. Participação dos depósitos à vista no passivo total dos bancos (DVP) no Nordeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

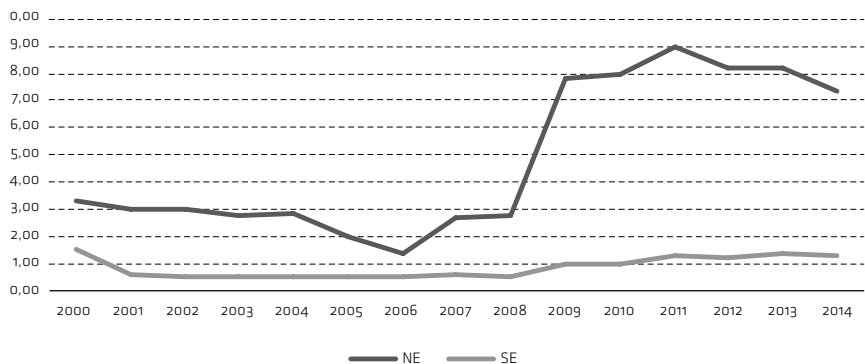
**14.** Semelhante a análise de Crocco (2010), que avaliou as regiões do estado de Minas Gerais entre 1994 e 2008, os bancos nas regiões Nordeste e Sudeste no período de 2000 a 2014 praticaram um alto gerenciamento de passivo. Portanto, assim como na região central — o Sudeste — os bancos da periferia — Nordeste — não tiveram grandes problemas em captar recursos necessários para a disponibilização de crédito.

Gráfico 7. Participação dos depósitos a prazo no passivo total dos bancos (DPP), no Sudeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

Gráfico 8. Participação dos depósitos em poupança no passivo total dos bancos (PouP), no Nordeste e Sudeste – 2000 a 2014 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados BCB-Estban.

Pelo Gráfico 6, vemos que o (DVP) é decrescente no Nordeste a partir de 2009. Isto sugere que a expansão do crédito na região tendeu a depender menos da expansão dos depósitos à vista, o que é compatível com a queda na preferência pela liquidez. Na região Sudeste não há uma variação considerável nesse mesmo espaço temporal.

Quanto ao desempenho do (DPP), Gráfico 7, a tendência à queda na razão é observada a partir de 2012 em ambas as regiões. A avaliação do (PouP), Gráfico 8, entre as regiões mostrou como o peso dos depósitos de poupança, típicos de população de mais baixa renda, é maior nas agências bancárias do Nordeste em relação ao Sudeste.



#### 4. Considerações finais

Este artigo analisou as estratégias bancárias entre as regiões Nordeste e Sudeste no período de 2000 a 2014, partindo da premissa que a atuação dos bancos pode possibilitar um maior dinamismo econômico das regiões, mas que as ações bancárias dependem da percepção sobre a dinâmica econômica local. A análise baseou-se em indicadores de desempenho bancário desenvolvidos por Crocco e Santos (2006) e Crocco (2010), os quais evidenciam a funcionalidade dos bancos, ou seja, sua disposição de ofertar crédito de acordo com sua preferência pela liquidez.

Tomando os dados do Estban, do Banco Central do Brasil, verificou-se que a preferência pela liquidez dos bancos localizados no Nordeste é maior que a dos bancos no Sudeste. Porém, ela apresentou uma tendência decrescente no Nordeste, reduzindo a diferença na preferência pela liquidez entre as duas regiões. Também se verificou um aumento na oferta de crédito nessa região relativamente maior que no Sudeste. Quanto ao gerenciamento dos ativos bancários verificou-se que a participação do crédito no total de ativos é maior no Nordeste. Um resultado esperado, pois sendo a região de menor dinamismo, as opções de aplicação dos recursos captados são menores do que no Sudeste.

Quanto ao gerenciamento do passivo das agências, verificou-se a manutenção de um mesmo padrão entre as regiões, com baixo indicador de depósito à vista por passivo e indicadores mais elevados de depósitos em poupança e a prazo por total de passivo. Assim, podemos classificar a estratégia de gerenciamento de passivo em ambas as regiões como sendo de alto gerenciamento de passivo. A avaliação desse padrão é que as agências dependem menos das reservas precaucionais para fazer frente à retirada de montantes do público, proporcionando maior disponibilidade de recursos para ofertar no mercado na forma de crédito.

Tendo em vista a persistência de elevadas disparidades regionais na oferta de crédito, observou-se uma tendência à desconcentração do crédito, uma vez que o desempenho econômico do Nordeste a partir das obras do PAC, dentre outros fatores, foi relativamente melhor que do Sudeste. Assim, podemos concluir que a intervenção, por intermédio de políticas públicas, é fundamental para a reversão de um quadro de elevada desigualdade em termos de desenvolvimento econômico, refletido em menor oferta de recursos para investimento nas regiões mais carentes. Apesar de não termos distinguido neste artigo o comportamento de bancos públicos e privados, certamente a atuação dos bancos públicos, mais comprometidos com o desenvolvimento econômico das regiões, devem ter tido um papel de destaque para o combate da desigualdade na oferta regional de crédito.

§

## Referências

- AMADO, A. *Disparate regional development in Brazil: a monetary production approach*. Aldershot-England: Ashgate Publishing Ltd., 1997.
- \_\_\_\_\_. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: uma perspectiva pós-keynesiana. *In: Revista de Economia Política*, vol. 18, n.1 (69), jan-mar, 1998.
- BONENTE, B.I. Realismo e emancipação: crítica explanatória à teoria do desenvolvimento. *In: XII Annual Conference Internacional da International Association for Critical Realism (IACR)*. Niterói, RJ, 2009.
- BRASIL. BCB — Banco Central do Brasil. *Estatísticas bancárias por municípios (Estban)*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acessado em 21/03/2015
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <http://www.pac.gov.br/> Acesso em: 14/02/2015.
- CARVALHO, C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). *In: XXXVI Encontro Nacional de Economia — Anpec*. Salvador, BA, 2008.
- CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; JAYME JR., F. G. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. *In: GONZAGA, F.; CROCCO, M. (Org.) Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 295-315, 2006.
- CAVALCANTE, A.; CROCCO, M.; BRITO, M. Impactos macroeconômicos na variação regional da oferta de crédito. *In: Análise Econômica (UFRGS)*, vol. 40, p. 142-178, 2007.
- CHICK, V. The evolution of the banking system and the theory of saving, investment and interest. *In: Economic et societies*. Cahiers de l'Ismea. Série Monnaie et production, n. 3, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Sobre moeda, método e Keynes: ensaios escolhidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- CHICK, V.; DOW, S.A. Post-keynesian perspective on the relation between banking and regional development. *In: ARESTIS, P. (Ed.) Post-keynesian monetary economics: new approaches to financial modeling*. Aldershot: Edward Elgar Publishing, 1988.
- COUTO, J.M. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. *In: Economia e Sociedade*, vol. 16, n. 1 (29), p. 45-64. Campinas, abr. 2007.
- CROCCO, M. *Moeda e desenvolvimento regional e urbano: uma leitura Keynesiana e sua aplicação ao caso brasileiro*. Tese (Doutorado) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG), 2010.
- \_\_\_\_\_.; CASTRO, C.B.; CAVALCANTE, A.; VAL, V.C. Desenvolvimento econômico, preferência pela liquidez e acesso bancário: um estudo de caso das mesorregiões de Minas Gerais. *In: Análise Econômica (UFRGS)*, vol. 21, n. 40, p. 39-64, mar. 2003.
- \_\_\_\_\_.; SANTOS, F. Financiamento e desenvolvimento sob novas óticas. *In: Observatório da Cidadania: Arquitetura da Exclusão*, vol. 10, p. 48-58, 2006.
- DOSMAN, E. J. *Raúl Prebisch (1901-1986) — A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- DOW, S. The regional composition of the bank multiplier process. *In: Scottish Journal of Political Economy*, vol. 29, n. 1, p. 22-44, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Financial markets and regional economic development: the canadian experience*. Aldershot: Avebury, 1990.
- \_\_\_\_\_. The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. *In: MARTIN, R. (Ed.), Money and the space economy*. New York: John Wiley and Sons, 1999.
- DOW, S.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. J. Um “survey” da literatura de finanças regionais. *In: GONZAGA, F.; CROCCO, M. (Org.) Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FERREIRA JR.; SORGATO, L. A. A. Vazamento do crédito no Nordeste e uma proposta do sistema de financiamento legal: o caso de Alagoas. *In: Revista Economia Política do Desenvolvimento*, vol. 1, n.1, p. 33-63, 2007.
- FURTADO, C. [1952]. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *In: AGARWALA, A. N.; SINGH S. P.A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado em 25/03/2015.
- IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acessado em 05/04/2015.
- KEYNES, J. M. [1936]. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- NURKSE, R [1957]. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. *In: AGARWALA, A. N.; SINGH S. P. (Org.) A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- PREBISCH, R. [1949] El desarrollo económico de La América Latina y algunos de sus principales problemas. *In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch em la Cepal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- \_\_\_\_\_. [1950] Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico. *In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch em la Cepal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- \_\_\_\_\_. [1951] Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico. *In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch em la Cepal*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica do desenvolvimento Latino-americano. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- \_\_\_\_\_. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. *In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SILVA, F. F.; CROCCO, M.; RODRÍGUEZ-FUENTES, C. *Limitações teóricas da literatura convencional sobre impactos regionais de política monetária*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010 (Texto para discussão n. 381).
- SORGATO, L. A. A.; FERREIRA JR., R. R. Desigualdade financeira regional: vazamento de depósitos no nordeste brasileiro. *In: Revista Econômica do Nordeste*, vol. 45, n. 2, p. 17-31, 2014.
- STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do Crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. *In: LIMA G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Campus, 1999.

Recebido em 22/09/2015  
e aceito em 14/11/2015

## Apêndice – Descrição da base de dados dos bancos

Para o cálculo dos indicadores de desempenho de atuação dos bancos foram utilizadas informações contidas no balanço consolidado das agências bancárias, mensalmente declarado ao Banco Central do Brasil e disponível no banco de dados Estatística Bancária por município (Estban).

Como medida do total de crédito ofertado pelos bancos utilizou-se o saldo Operações de Crédito (cod.160) que englobam empréstimos, títulos descontados, financiamentos para pessoa física, jurídica e para o setores agropecuário e agroindustriais. O saldo em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (cód. 130) indica o montante de recursos que o banco aplicou no mercado financeiro na aquisição de letras e notas do Tesouro Nacional — títulos da dívida externa brasileira, por exemplo. A variável crédito em liquidação é obtida pelo montante de provisão para crédito em liquidação duvidosa (cód. 173). Esta variável representa perdas prováveis na efetivação de crédito, em outras palavras, esta provisão está relacionada à inadimplência. O Total de Ativo (cód. 399) representa a receita total dos bancos, isto é, o volume que eles têm a disposição para transacionar, seja no mercado real ou no financeiro.

Também foram utilizadas as contas de Depósitos à Vista do Governo (cód.400) e do Setor Privado (cód. 410) e Total de Depósitos a Prazo (cód. 430). Entende-se por depósitos à vista o montante de recursos que os bancos detêm do público que não auferem rendimento e com resgate imediato, em contrapartida, os depósitos a prazo representam

o volume de recursos que os bancos captam do público por um período pré-estipulado em acordo, que oferece rendimento ao cliente. Além dessas, foi empregado os Depósitos em Poupança, que contabilizam as aplicações de poupança física e jurídica (cód.420). As obrigações dos bancos estão computadas na conta do Passivo Total (cód. 899)

Para medir o grau de presença bancária em nível regional, será empregado o total da população residente por estado e região, de acordo com a contagem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para a análise regional estes indicadores foram calculados para os estados da região Nordeste, contrapondo com os resultados do Sudeste, representados pelo subscrito *i* presente nos indicadores (ver abaixo), entre os anos de 2008 a 2014.

Além desses foi considerado o Índice de Atividade Econômica (IBC), calculado pelo Banco Central do Brasil, para as regiões Nordeste (IBCR-NE) e Sudeste (IBCR-SE) e também para o Brasil (IBCR-BR). A razão do uso de tal indicador está no fato deste apresentar dados mais recentes compatíveis com o período que a pesquisa está trabalhando. Não apenas isso, esse indicador é considerado uma *proxy* para o Produto Interno Bruto (PIB), pois capta a evolução da atividade produtiva nacional e regional. Por outro lado, não há disponibilidade do IBC em âmbito estadual, o que impede uma análise menos agregada em termos territoriais.